

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 22.261.473/0001-85
Belo Horizonte - MG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. DEBÊNTURES

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia sobre risco de taxa de juros, ver nota 24.

Agente Financeiro	Encargos	2014		2013	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures Privadas 2009 (BNDESPAR)	3,12% + TJLP = 8,12%	49.309	40.850	49.449	89.846
Debêntures Públicas (Instrução CVM 476/09)	0,62% + CDI = 10,62%	100.460	-	358	100.000
Debêntures Públicas (Instrução CVM 476/09)	0,74% + CDI = 10,74%	93	100.000	40	100.000
Debêntures Privadas 2014 (BNDESPAR)	≅ 9,26%	327	90.268	-	-
		150.189	231.118	49.847	289.846

As quantias registradas no passivo circulante englobam tanto o principal da dívida, vencendo até o término do próximo exercício social, quanto os juros provisionados e ainda não pagos no período.

Saldo da Dívida em 31/12/2013	Captação	Encargos Financeiros Provisionados	Encargos Financeiros Pagos	Resgate / Amortização	Saldo da Dívida em 31/12/2014
339.693	91.550	36.163	(35.820)	(50.279)	381.307

Todas as captações de recursos realizadas pela Companhia foram devidamente aprovadas pela Assembleia Geral dos acionistas.

Nos anos de 2009 e 2010, a Companhia recebeu um total de R\$302.690 do BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR, referentes a subscrições de debêntures não conversíveis, emitidas pela GASMIG com o objetivo de captar recursos para financiar investimentos em expansões da rede de distribuição de gás natural do Estado de Minas Gerais nas regiões do Vale do Aço e Sul de Minas.

As debêntures emitidas são remuneradas à taxa de 3,12% ao ano, acima da TJLP, observada a sistemática estabelecida no contrato de promessa de subscrição de debêntures simples, celebrado entre a Companhia e o BNDESPAR.

Essa operação possui amortizações mensais de 1,39% e vencimento em outubro de 2016.

A seguir, apresentamos o cronograma anual de amortizações do valor principal captado (ver na nota explicativa nº 24 o cronograma de pagamento de principal e juros a incorrer):

Ano	Captações	Amortizações do Principal	Principal da Dívida em 31 de dezembro
2009	221.441	-	221.441
2010	81.249	(16.856)	285.834
2011	-	(48.997)	236.837
2012	-	(48.997)	187.840
2013	-	(48.997)	138.843
2014	-	(48.997)	89.846
2015	-	(48.997)	40.849
2016	-	(40.849)	-
	302.690	(302.690)	

Nos anos de 2012 e 2013, com o intuito de financiar seu capital de giro para pagamentos de obrigações de contratos de "take or pay" com a PETROBRAS, a Companhia promoveu duas captações de recursos, ambas por meio da emissão, com esforços restritos, de debêntures públicas não conversíveis. Deste modo, foram captados R\$100.000 em dezembro de 2012 e mais R\$100.000 em maio de 2013.

As emissões de debêntures públicas, relativas às captações dos anos de 2012 e 2013 apresentam remunerações anuais de, respectivamente, 0,62% e 0,74%, acima do CDI. A amortização da dívida referente à captação pública do ano de 2012 será integralmente realizada em dezembro de 2015. Já a captação de 2013 será amortizada em três parcelas iguais, vencidas nos anos de 2016, 2017 e 2018, sempre no mês de abril.

Com o objetivo de captar recursos para financiar seu Plano de Investimentos, o qual contempla a realização de projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural até o ano de 2017, a GASMIG celebrou novos contratos de promessa de subscrição de debêntures simples em emissão privada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR. Esses contratos têm como principal característica a flexibilidade, o que possibilita à Companhia alternar e alterar os projetos constantes do Plano de Investimentos originalmente proposto.

Essas debêntures foram emitidas em sete séries. Durante o ano de 2014, a GASMIG captou um total de R\$91.550, relativos à subscrição parcial das debêntures que compõem a primeira e a segunda séries. O principal da dívida até então captado é remunerado da seguinte forma: sobre 75% das debêntures subscritas há incidência de juros à taxa de 2,82% ao ano, acima da TJLP e, sobre as demais 25%, há incidência de juros à taxa de 1,82% ao ano, acima da SELIC. Em 31 de dezembro de 2014, estando vigentes uma TJLP de 5% ao ano e uma meta da taxa SELIC de 11,75% ao ano, a remuneração dessa dívida alcançou uma taxa anual de aproximadamente 9,26%.

Entre janeiro de 2016 e dezembro de 2022 ocorrerá a amortização mensal da dívida. O percentual das debêntures subscritas a ser resgatado todos os meses será de 1,19%.

A seguir, apresentamos o cronograma anual de amortizações do valor principal captado (ver na nota explicativa nº 24 o cronograma de pagamento de principal e juros a incorrer):

Ano	Captações	Amortizações do Principal	Principal da Dívida em 31 de dezembro
2014	91.550	(1.286)	90.264
2015	-	-	90.264
2016	-	(12.895)	77.369
2017	-	(12.895)	64.474
2018	-	(12.895)	51.579
2019	-	(12.895)	38.684
2020	-	(12.895)	25.789
2021	-	(12.895)	12.894
2022	-	(12.894)	-
	91.550	(91.550)	

12.1. Covenants

O contrato com o BNDESPAR prevê que a Companhia apresente os seguintes indicadores:

a) EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e o serviço da dívida é o pagamento de juros e amortização do principal, incorridos sobre o endividamento financeiro. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3. No ano de 2014, o resultado apurado foi de 2,4. Os gastos com serviço da dívida em 2014, no total de R\$86.100 (principal mais juros), referem-se ao pagamento de encargos, no valor de R\$35.821, bem como à amortização de principal, no valor de R\$50.279.

b) Endividamento Geral, calculado através da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais exigível de longo prazo) pelo Ativo Total. É exigido um resultado menor que 0,6. No encerramento do exercício de 2014 foi apurado um endividamento geral de 0,5.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos Covenants previstas no contrato de debêntures.

13. FORNECEDORES

	31 / 12 / 2014	31 / 12 / 2013
Passivo circulante		
Fornecedores de gás	152.048	116.231
Fornecedores de serviços e materiais	13.402	8.762
	165.450	124.993

14. IMPOSTOS A RECOLHER

	31 / 12 / 2014	31 / 12 / 2013
A Recolher		
ICMS	17.728	15.748
INSS Retenções de pessoas jurídicas	152	148
PIS/COFINS	1.976	34
Outros	133	189
	19.989	16.119

15. PROVISÕES

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As contingências tributárias envolvem os tributos federais e estaduais em questionamento sobre alíquotas, base de cálculo e da cobrança indevida dos tributos nos diversos aspectos legais e operacionais.

As questões trabalhistas envolvem ex-empregados, mão de obra contratada por empresas terceirizadas (parceiras) e sindicatos que contestam índices de reajuste, pagamento de pretensões direitos trabalhistas e outras possíveis indenizações relacionadas ao trabalho.

Nas ações cíveis são questionadas indenizações por direitos de passagem de gasodutos, reajustes, atualização de cálculos de servidões, danos materiais e morais, com base em motivos diversos e outros assuntos discutidos na justiça.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, bem como das situações nas quais a Companhia pode vir a ser demandada judicialmente e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

a) Composição das provisões para contingências:

	31 / 12 / 2014	31 / 12 / 2013
Cíveis	-	7
Trabalhistas	296	341
Tributárias	50.234	46.250
	50.530	46.598

As contingências referem-se a:

- Exclusão ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS no montante de R\$15.249 (R\$11.991 em 31 de dezembro de 2013);
- Créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede no montante de R\$34.650 (R\$33.294 em 31 de dezembro de 2013) Ver detalhes abaixo;
- Provisão para outras contingências judiciais no montante de R\$296 (R\$348 em 31 de dezembro de 2013);
- Prescrição de exigibilidade suspensa relativa à exclusão da contribuição social sobre o imposto de renda no montante de R\$335 (R\$335 em 31 de dezembro de 2013).

	2013		2014		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Estornos e/ou Reversões	
Cíveis	7	-	(7)	-	-
Trabalhistas	341	-	(45)	-	296
Tributárias	46.250	3.984	-	-	50.234
Sem depósitos judiciais	348	-	(52)	-	296
Com depósitos judiciais	46.250	3.984	-	-	50.234
	46.598	3.984	(52)		50.530

Ações com risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O valor total das ações com risco de perda possível monta R\$3.952 em 31 de dezembro de 2014.

• Créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede

A ação ordinária ajuizada em 2009 pela Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais contestou o aproveitamento de créditos de ICMS sobre a aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede de distribuição de gás natural canalizado. Tendo em vista a previsão em lei, a Companhia vem realizando os depósitos judiciais respectivos à ação, e mantém o saldo dos impostos recolhidos através de depósitos judiciais, no montante de R\$34.650, demonstrados como provisões, até a conclusão da discussão judicial. O assunto está sendo discutido judicialmente e os advogados da Companhia entendem que o risco de perda é possível, baseando-se em sua tese de defesa.

b) Os depósitos judiciais são compostos por valores conforme a contingência a seguir:

	31 / 12 / 2014	31 / 12 / 2013
ICMS na base do PIS e da COFINS	15.249	13.828
Créditos de ICMS sobre Ativo Imobilizado	34.650	33.924
Outros	2.343	785
	52.242	48.537

16. GÁS PAGO E NÃO RETIRADO - TAKE OR PAY

A Companhia apresenta, nesse saldo, suas obrigações referentes às cláusulas contratuais de take or pay, ou seja, gás pago e não retirado pelos clientes, no circulante e não circulante.

Alguns contratos com clientes possuem cláusula de retirada mínima mensal e anual. Caso o volume consumido no mês seja inferior ao previsto contratualmente, o cliente realiza pagamento do valor correspondente ao volume restante e, em contrapartida, a GASMIG reconhece o compromisso de entrega futura de gás em conta específica, conforme quadro abaixo:

	31 / 12 / 2014	31 / 12 / 2013
Grandes volumes - circulante	14.770	19.058
Térmicas - circulante	28.428	26.002
Térmicas - não circulante	94.695	122.443
	137.893	167.503

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$665.430 em 31 de dezembro de 2014 e 2013. É composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidades de Ações (milhares)				
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total
Cia. Energética de Minas Gerais	134.658	98,7	272.837	100,0	407.495
Município de Belo Horizonte	1.760	1,3	-	-	1.760
Total em 31/12/2014	136.418	100,0	272.837	100,0	409.255

Acionistas	Quantidades de Ações (milhares)				
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total
Cia. Energética de Minas Gerais	80.091	58,7	163.702	60,0	243.793
PETROBRAS Gás S.A.	54.567	40,0	109.135	40,0	163.702
Município de Belo Horizonte	1.760	1,3	-	-	1.760
Total em 31/12/2013	136.418	100,0	272.837	100,0	409.255

O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia.

Em 07 de agosto de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária da GASMIG aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$21.650, sem emissão de novas ações. Esse aumento de capital ocorreu por meio da capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2013 da conta Reserva de Capital, que foi transferido para Capital Social.

Em outubro de 2014, a acionista Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG informou, por meio da publicação de aviso de fato relevante ao mercado, que adquiriu os 40% de participação acionária na GASMIG que detinha a PETROBRAS Gás S.A. - GASPETRO. A negociação foi formalizada por meio do "Contrato de Compra e Venda de Ações", celebrado entre a CEMIG e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, documento que foi previamente aprovado pelos Conselhos de Administração de ambas as partes. Assim, a partir do dia 10 de outubro de 2014, data em que houve a liquidação financeira da operação, a GASMIG passou a ter como únicos acionistas a CEMIG (99,6%) e o Município de Belo Horizonte (0,4%).

b. Reservas de capital

A composição da conta reserva de capital é demonstrada como segue:

	31 / 12 / 2014	31 / 12 / 2013
Ágio - Reserva para aumento de capital	-	21.650
		21.650

O saldo de reservas de capital era integralmente constituído de benefício fiscal auferido na operação de incorporação reversa da acionista TSS Participações S.A. ("TSS") O item Ágio - Reserva para Aumento de Capital registra o valor do benefício já usufruído pela Companhia.

Em dezembro de 2013, foi concluído o aproveitamento de todo o benefício fiscal. Observando as disposições do Protocolo de Incorporação celebrado entre a TSS e a GASMIG, a Assembleia Geral dos acionistas, em reunião realizada no dia 07 de agosto de 2014, aprovou a capitalização integral desses recursos.

c. Reservas de lucros

A composição da conta reserva de lucros é demonstrada como segue:

	31 / 12 / 2014	31 / 12 / 2013
Reserva legal	39.538	32.484
Reserva de lucros a realizar	104.618	89.530
Reserva de retenção de lucros	49.581	49.581
Dividendos adicionais propostos	78.060	92.459
	271.797	264.054

i. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

ii. Reserva de lucros a realizar

É decorrente do valor de atualização do ativo financeiro pelo IGP-M acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão. Essa reserva tem finalidade de preservar a parcela do lucro ainda não realizada financeiramente. Com a renovação do contrato de concessão, a Companhia realizará a amortização dos valores registrados nessa reserva na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão.

iii. Reserva de retenção de lucros

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização. A retenção de lucros nessa reserva foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades Anônimas.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia tem optado pelo pagamento de juros sobre o capital próprio sobre os quais há incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para o acionista imune, Município de Belo Horizonte. Os juros sobre o capital próprio são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pelas normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue: